

Paulo Câmara  
Ana Filipa Morais Antunes

# Acções sem valor nominal



Coimbra Editora  
grupo Wolters Kluwer

Principais Abreviaturas e Siglas utilizadas .....	Págs. 5
---	------------

**CAPÍTULO I  
ENQUADRAMENTO**

§ 1.º Contextualização.....	9
1. Introdução e indicação da sequência.....	9
2. Delimitação prévia do conceito de acção sem valor nominal; modalidades.....	12
3. Crise financeira e acções sem valor nominal.....	16
§ 2.º Perfil estrutural e perfil funcional do valor nominal; as suas desvan- tagens .....	20
4. A substituíbilidade funcional do valor nominal.....	20
5. Desvantagens da obrigatoriedade do valor nominal.....	26

**CAPÍTULO II  
COORDENADAS DE DIREITO COMUNITÁRIO  
E DE ORDENAMENTOS JURÍDICOS ESTRANGEIROS**

§ 3.º A admissibilidade de acções sem valor nominal no Direito comuni- tário.....	29
6. A Segunda Directiva de Direito das Sociedades e os desenvolvi- mentos subsequentes .....	29
§ 4.º A admissibilidade de acções sem valor nominal em ordenamentos jurídicos estrangeiros.....	39
7. Considerações preliminares. Sequência.....	39

	Págs.
Secção I — <b>A experiência jurídica europeia</b> .....	41
8. Bélgica.....	41
9. Alemanha.....	47
10. Áustria.....	53
11. Luxemburgo.....	54
12. Itália.....	56
13. França; Balanço provisório.....	60
Secção II — <b>Outras experiências jurídicas</b> .....	64
14. Estados Unidos.....	64
15. Canadá.....	71
16. Austrália.....	72
17. Brasil.....	73
18. Conclusões parciais.....	76

### CAPÍTULO III

#### AS ACÇÕES SEM VALOR NOMINAL NO DIREITO PORTUGUÊS: OS ANTECEDENTES

§ 5.º A discussão no âmbito do processo de introdução do euro.....	81
19. As acções sem valor nominal e o processo de redenominação.....	81
§ 6.º O regime temporário de redução extraordinária do valor nominal...	85
20. Objecto e objectivo do DL n.º 64/2009, de 20 de Março.....	85
21. A redução do valor nominal através de reclassificação contabilística.....	87
22. A redução do valor nominal de acções cotadas sem redução do capital social.....	93
23. Balanço.....	96

### CAPÍTULO IV

#### AS ACÇÕES SEM VALOR NOMINAL NO DIREITO PORTUGUÊS VIGENTE

§ 7.º O regime das acções sem valor nominal ao abrigo do DL n.º 49/2010	99
24. Quadro geral; o âmbito da permissão.....	99

	Págs.
25. Facultatividade.....	102
26. Exclusividade.....	104
27. Equivalência.....	105
28. Instrumentos legislativos de equivalência: o valor de emissão, o valor contabilístico e o valor percentual.....	107
§ 8.º O regime dos actos societários envolvendo acções sem valor nominal	109
29. Distribuição de lucros e participação nas perdas.....	109
30. Entradas.....	110
31. Aumento de capital.....	111
32. Emissão de acções preferenciais sem voto.....	117
33. Conversão de acções com valor nominal em acções sem valor nominal.....	118
§ 9.º As acções sem valor nominal nas sociedades de investimento mobiliário e imobiliário.....	119
34. O desvio à facultatividade da adopção de acções sem valor nominal; âmbito.....	119
§ 10.º Conclusões: das acções com valor nominal às acções com valor de emissão.....	124
35. Síntese final.....	124
ANEXO	
Base de dados de Legislação.....	131
I. Europa.....	131
II. Outras experiências jurídicas.....	135
BIBLIOGRAFIA.....	139